
AGROPECUÁRIA SÃO PEDRO S/A

Capital Subscrito e Integralizado: R\$ 1.887.894,00
Faz. São Pedro – s/nº - Zona Rural – Paranã/To. CEP.: 77.360-000
CNPJ/MF Nº 00.085.902/0001-78 - NIRE 173 0000161 9 JUCETINS

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA **30/04/2022**

Às **10:00** (dez) horas do dia trinta de abril do ano de dois mil e vinte e dois (**30/04/2022**), em sua sede social, na fazenda São Pedro, zona rural, no Município de Paranã, Estado do Tocantins, CEP.: 77.360-000 reuniram-se em **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, os acionistas da **AGROPECUÁRIA SÃO PEDRO S/A.**, com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas, devidamente convocados através de **Carta Convite de 31/03/2022** e informamos ainda, que se encontram à disposição dos senhores acionistas, os documentos a que se refere ao **Artigo 133 da Lei 6.404/76**, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **a)** – Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em **31 de dezembro de 2021**; **b)** – Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício e a distribuição de dividendos; **c)** – Fixação dos honorários da diretoria e, **d)** – Outros assuntos de interesse da sociedade. Ponte Alta do Tocantins - TO., **31 de Março de 2022**. Antônio Machado Fernandes – Diretor Presidente. Na forma do Estatuto Social, assumiu a Presidência da mesa, o **Sr. Antônio Machado Fernandes**, que convidou a mim, **Jubé Felisbino de Menezes**, para secretário. Verificada a presença da totalidade dos Acionistas, pelas assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, o Senhor Presidente deu por instalada a presente **Assembleia Geral Ordinária**, e determinou a leitura da Carta Convite, o que foi feito. Dando início aos trabalhos, dentro da ordem do dia, **item “a”**, submeteu as Contas da Administração relativas ao exercício findo em **31 de dezembro de 2021**, distribuindo cópias aos presentes do relatório da Administração e do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras, para a apreciação dos presentes, devidamente publicado no **Diário Oficial** do Estado do Tocantins nº **6069 à página 58, do dia 13/04/2022** e no **Jornal Folha Capital, página 06, edição 353 de 18 a 25/04/2022** e que será arquivado juntamente com esta ata. Discutida e votada a matéria, foi a mesma aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Continuando na ordem do dia, **item “b”**, esclareceu o Senhor Presidente que através das Demonstrações Financeiras, ficou constatado que a empresa **obteve lucro** neste exercício no valor de **R\$ 14.899,88** que está lançado na de resultados acumulados para destinação futura. Discutida e votada a matéria, foi a mesma aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Encerrando a ordem do dia, **item “c”**, **HONORÁRIOS DA DIRETORIA**, e que os mesmos abdicaram dos seus honorários até a próxima Assembleia. Discutida e votada a matéria, a mesma foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os

AGROPECUÁRIA SÃO PEDRO S/A

Capital Subscrito e Integralizado: R\$ 1.887.894,00
Faz. São Pedro – s/nº - Zona Rural – Paranã/To. CEP.: 77.360-000
CNPJ/MF Nº 00.085.902/0001-78 - NIRE 173 0000161 9 JUCETINS

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

30/04/2022

trabalhos e agradeceu a presença de todos, deixando livre a palavra. Não havendo manifestação, suspendeu os trabalhos por tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a reunião, foi lida em voz alta e por todos achada conforme e, assinam; Antônio Machado Fernandes, Presidente; Jubé Felisbino de Menezes, Secretário e os Acionistas: Antônio Machado Fernandes e Marilza Vendramini Machado.

CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ATA LAVRADA NO LIVRO DE ATAS DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS Nº 01 FOLHA 168, RUBRICADA NA FORMA DA LEI.

Paraná-(To), 30 de Abril de 2022.

Antônio Machado Fernandes
Presidente

Jubé Felisbino de Menezes
Secretário

AGROPECUÁRIA SÃO PEDRO S/A

Fazenda São Pedro - Zona Rural - Município de Paraná (To) - 77.360-000 - CNPJ/MF Nº 00.085.902/0001-78 - NIRE: 173 0000161 9 JUCETINS

BALANÇO PATRIMONIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO	2.020	2.021	PASSIVO	2.020	2.021
CIRCULANTE	646.310,81	641.225,35	CIRCULANTE	993,30	1.429,20
DISPONIBILIDADES	5.120,88	35,42	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	993,30	1.429,20
REALIZÁVEIS(ESTOQUES)	641.189,93	641.189,93	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00
NÃO CIRCULANTE	47.576.482,06	51.776.955,94	NÃO CIRCULANTE	48.062.047,51	52.242.100,15
DIREITOS REALIZÁVEIS	41.809.048,51	46.012.779,97	FUNDOS DE INVESTIMENTOS-DEBENTURES	45.970.047,51	50.173.778,97
BENS IMÓVEIS	3.380.895,87	3.435.478,62	CONTAS A PAGAR	2.092.000,00	2.068.321,18
BENS MÓVEIS	1.662.655,82	1.662.655,82	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	159.752,06	174.651,94
DEPRECIACÃO	(4.848.601,87)	(4.906.442,20)	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	1.887.894,00	1.887.894,00
DIFERIDO	5.572.483,73	5.572.483,73	RESULTADOS ACUMULADOS	(1.587.949,80)	(1.728.141,94)
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	5.572.483,73	5.572.483,73	RESULTADO DO EXERCÍCIO	(140.192,14)	14.899,88
TOTAL ATIVO	48.222.792,87	52.418.181,29	TOTAL PASSIVO	48.222.792,87	52.418.181,29

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ACUMULADOS**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

HISTÓRICO	2.021	HISTÓRICO	2.020	2.021
SALDOS INICIAIS - 2020	(1.728.141,94)	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	248.380,00
VARIAÇÃO NO EXERCÍCIO	14.899,88	TRIBUTOS DIRETOS	0,00	(14.728,93)
RESULTADO ACUMULADO	(1.713.242,06)	RECEITAS LÍQUIDAS	0,00	233.651,07
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00	0,00
CAPITAL SOCIAL INICIAL	1.887.894,00	LUCRO BRUTO	0,00	233.651,07
RESULTADOS ACUMULADOS INICIAL	(1.728.141,94)	DESPESAS RURAIS	(34.097,07)	(38.322,75)
SALDO EM 2020	159.752,06	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(105.491,07)	(180.383,44)
RESERVAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS FINANCEIRAS	(604,00)	(45,00)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.899,88	SOMA DESPESAS	(140.192,14)	(218.751,19)
SALDO EM 2021 (PL)	174.651,94	RESULTADO DO EXERCÍCIO:	(140.192,14)	14.899,88

NOTAS EXPLICATIVAS - 01)- A empresa apresenta suas demonstrações financeiras na forma determinada pela lei 11.638/07, deixando de apresentar o demonstrativo de fluxo de caixa cf. artigo 176, parágrafo 6º; **02)-** Os registros Contábeis foram feitos sob o regime de competência; **03)-** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e depreciado pelo método linear de acordo com a lei. **04)-** As contas do ativo diferido, foram mantidas até que a empresa conclua sua amortização, que acordo com a Lei 6404/76, no artigo 299-A. **05)-** O Passivo de longo prazo é composto de créditos de acionistas e de fundos de investimentos em debentures. **06)-** O Capital Social é representado por 1.106.037 ações Ordinárias Nominativas e 52.018 ações Preferenciais Nominativas. **07)-** As demonstrações referentes ao exercício de 2020, são somente para efeito comparativos.

Paraná (To); 31 de Dezembro de 2021.

ANTONIO MACHADO FERNANDES - Diretor Presidente

JUBÉ FELISBINO DE MENEZES - Contador - CRC-GO/TO - 7278

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Agropecuária São Pedro S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, para o exercício findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária São Pedro S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agropecuária São Pedro S/A de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agropecuária São Pedro S/A. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belém, 24 de março de 2022. TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAÚJO-Contador CRC/PA 002671/O-3 - Auditor Independente CNAI Nº-171 - IBRACON Nº-3715 - CVM 4677

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EDIÇÃO 353 - PALMAS-TO - 18 A 25 DE ABRIL DE 2022

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022

ACE da Escola Municipal de Tempo Integral Padre Josimo Tavares por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar às 14h00min, do dia 05 de maio de 2022, na sala da coordenação financeira na Escola Municipal de Tempo Integral Padre Josimo Tavares, localizado no endereço QD. 301 Norte, APM 01, Av. LO 08 S/N, Palmas/TO, a Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO nº 001/2022, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando REFORMA DAS TELHAS, CALHAS E PISO DO AUDITÓRIO, para a referida Unidade de Ensino, de interesse da Escola Municipal de Tempo Integral Padre Josimo Tavares, Processo nº 2022004331. O Edital poderá ser examinado ou retirado pelos interessados a partir dessa publicação até o terceiro dia anterior à data da sessão de licitação na Escola Municipal de Tempo Integral Padre Josimo Tavares, no endereço acima citado, no horário de 08h00min às 17h00min, em dias úteis, ou no endereço eletrônico: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/EDITAL_TP_REFORMA_PE JOSIMO_B7RaHbz.pdf. Mais informações poderão ser obtidas na Unidade de Ensino ou pelo telefone (63) 3224-3232/98456-6010 ou josimolicitacao@gmail.com

Palmas/TO, 18 de abril de 2022.

LILIAN ALVES BEZERRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
1ª Vara Cível de Guaraí

Avenida Paraná esquina com a Rua 8, s/n - Bairro: Centro - CEP: 77700-000 - Fone: (63)3464-1042 - Email: 1varacivelguarai@tjto.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 500219-63.2012.8.27.2713/TO

AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO (OAB TO007079)
RÉU: FLORIANO E CIRQUEIRA LTDA
RÉU: DEUSDETE FLORIANO DA SILVA

EDITAL Nº 5080283

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

O Doutor Fábio Costa Gonzaga, Juiz de Direito representando a 1ª Vara Cível da Comarca de Guaraí, Estado do Tocantins, no uso das atribuições que lhe são conferidas na forma da Lei c/c FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Serventia Judicial da 1ª Vara Cível, tramitam os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial nº Processo nº 500219-63.2012.8.27.2713/TO - Chave do processo: 963038837415 proposta por BANCO BRADESCO S.A em face de FLORIANO E CIRQUEIRA LTDA, tendo o presente Edital a finalidade de CITAR o executado FLORIANO E CIRQUEIRA LTDA, CNPJ: 11911432/0001-70, atualmente com endereço ignorado, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do montante da dívida executada no valor de R\$ 75.998,68 (setenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos), conforme demonstrativo do débito, acrescidos das despesas judiciais e dos encargos legais, bem como os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 7.599,86 (sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), salientando que o pagamento integral da dívida no prazo retro, reduzirá tal verba pela metade; sob pena de proceder de imediato à penhora conforme pleiteado na exordial, § 1º). Bem como INTIMAR o executado de que, independentemente de penhora, depósito ou caução, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, se desejar, opor-se à execução por meio de embargos; bem como, no mesmo prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, poderá o executado pleitear que seja admitido a pagar o restante em até (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. E para que ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será devidamente publicado no Diário da Justiça e afixado no placar do Fórum Local, com sede no Edifício do Fórum Pedro Silva Barros, localizado na Av. Paraná, esquina com a Rua 8, s/n, Centro, na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.

Guaraí, aos 01 de abril de 2022. Eu, Jocimeire Araujo Fava Wengrat, Técnica Judiciária, digitei.

Fábio Costa Gonzaga

Juiz de Direito

Documento eletrônico assinado por FÁBIO COSTA GONZAGA, Juiz de Direito, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 5080283/4 e do código CRC 629576d.

AGROPECUÁRIA SÃO PEDRO S/A

Fazenda São Pedro - Zona Rural - Município de Paraná (To) - 77.360-000 - CNPJ/MF Nº 00.085.902/0001-78 - NIRE: 173 0000161 9 JUCETINS

BALANÇO PATRIMONIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO	2.020	2.021	PASSIVO	2.020	2.021
CIRCULANTE	646.310,81	641.225,35	CIRCULANTE	993,30	1.429,20
DISPONIBILIDADES	5.120,88	35,42	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	993,30	1.429,20
REALIZÁVEIS(ESTOQUES)	641.189,93	641.189,93	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00
NÃO CIRCULANTE	47.576.482,06	51.776.955,94	NÃO CIRCULANTE	48.062.047,51	52.242.100,15
DIREITOS REALIZÁVEIS	41.809.048,51	46.012.779,97	FUNDOS DE INVESTIMENTOS-DEBENTURES	45.970.047,51	50.173.778,97
BENS IMÓVEIS	3.380.895,87	3.435.478,62	CONTAS A PAGAR	2.092.000,00	2.068.321,18
BENS MÓVEIS	1.662.655,82	1.662.655,82	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	159.752,06	174.651,94
DEPRECIÇÃO	(4.848.601,87)	(4.906.442,20)	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	1.887.894,00	1.887.894,00
DIFERIDO	5.572.483,73	5.572.483,73	RESULTADOS ACUMULADOS	(1.587.949,80)	(1.728.141,94)
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	5.572.483,73	5.572.483,73	RESULTADO DO EXERCÍCIO	(140.192,14)	14.899,88
TOTAL ATIVO	48.222.792,87	52.418.181,29	TOTAL PASSIVO	48.222.792,87	52.418.181,29

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ACUMULADOS

2.021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

2.020 2.021

SALDOS INICIAIS - 2020 (1.728.141,94) RECEITAS OPERACIONAIS 0,00 248.380,00

VARIAÇÃO NO EXERCÍCIO 14.899,88 14.899,88 TRIBUTOS DIRETOS 0,00 (14.728,93)

RESULTADO ACUMULADO (1.713.242,06) RECEITAS LÍQUIDAS 0,00 233.651,07

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS 0,00 0,00

CAPITAL SOCIAL INICIAL 1.887.894,00 **LUCRO BRUTO 0,00 233.651,07**

RESULTADOS ACUMULADOS INICIAL (1.728.141,94) DESPESAS RURAIS (34.097,07) (38.322,75)

SALDO EM 2020 159.752,06 DESPESAS ADMINISTRATIVAS (105.491,07) (180.383,44)

RESERVAS DE CAPITAL 0,00 DESPESAS FINANCEIRAS (604,00) (45,00)

RESULTADO DO EXERCÍCIO 14.899,88 **SOMA DESPESAS (140.192,14) (218.751,19)**

SALDO EM 2021 (PL) 174.651,94 **RESULTADO DO EXERCÍCIO: (140.192,14) 14.899,88**

NOTAS EXPLICATIVAS - 01) A empresa apresenta suas demonstrações financeiras na forma determinada pela lei 11.638/07, deixando de apresentar o demonstrativo de fluxo de caixa cf. artigo 176, parágrafo 6º; **02)** Os registros Contábeis foram feitos sob o regime de competência; **03)** O mobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e depreciado pelo método linear de acordo com a lei. **04)** As contas do ativo diferido, foram mantidas até que a empresa conclua sua amortização, que acordo com a Lei 6404/76, no artigo 299-A. **05)** O Passivo de longo prazo é composto de créditos de acionistas e de fundos de investimentos em debentures. **06)** O Capital Social é representado por 1.106.037 ações Ordinárias Nominativas e 52.018 ações Preferenciais Nominativas. **07)** As demonstrações referentes ao exercício de 2020, são somente para efeito comparativos.

Paraná (To), 31 de Dezembro de 2021.

ANTONIO MACHADO FERNANDES - Diretor Presidente **JUBÉ FELISBINO DE MENEZES - Contador - CRC-GO/TO - 7278**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Agropecuária São Pedro S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, para o exercício findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária São Pedro S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agropecuária São Pedro S/A de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agropecuária São Pedro S/A. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. **Belém, 24 de março de 2022. TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAUJO-Contador CRC/PA 002671/O-3 - Auditor Independente CNAI Nº-171 - IBRACON Nº-3715 - CVM 4677**



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa AGROPECUÁRIA SÃO PEDRO S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03602184153	JUBE FELISBINO DE MENEZES
08882622134	ANTONIO MACHADO FERNANDES

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/06/2022 13:41 SOB Nº 20220270171.
PROTOCOLO: 220270171 DE 09/06/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12207708793. CNPJ DA SEDE: 00085902000178.
NIRE: 17300001619. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/06/2022.
AGROPECUÁRIA SÃO PEDRO S/A



ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.to.gov.br